

CENSO 1991

DEMOGRÁFICO

Situação Demográfica,
Social e Econômica:
Primeiras Considerações



ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
José Serra

**FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Simon Schwartzman

Diretor de Planejamento e Coordenação
Heraldo Luiz Marin

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Tereza Cristina Nascimento Araújo

Diretoria de Geociências
Ney Alves Ferreira (em exercício)

Diretoria de Informática
Alésio João De Caroli

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Angelo José Pavan

UNIDADE RESPONSÁVEL

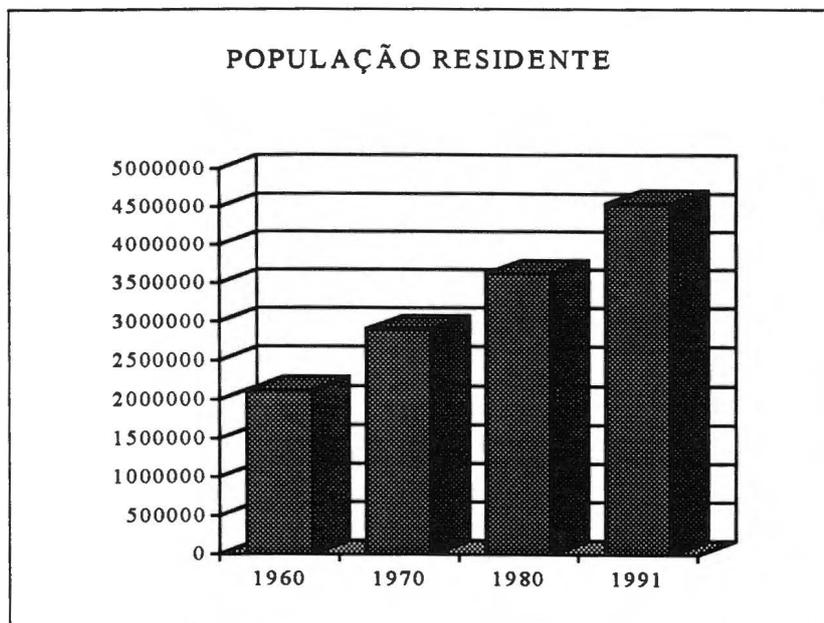
Diretoria de Pesquisas

Departamento de População
Luiz Antonio Pinto de Oliveira

CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA, SOCIAL E ECONÔMICA: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro
20021-120 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ISBN 85-240-0526-2

© IBGE

Impressão - Divisão de Gráfica/Departamento de Editoração e Gráfica - DEDIT/CDDI, em 1995

Capa - Aldo Victório Filho - Divisão de Promoção/Departamento de Promoção e Comercialização - DECOP/CDDI

Situação demográfica, social e econômica : primeiras considerações: Estado de Santa Catarina / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de População. - Rio de Janeiro : IBGE, 1995.

25p.

Acima do título: Censo demográfico de 1991

ISBN 85-240-0526-2

1. Santa Catarina - População. 2. Santa Catarina - Condições sociais - Estatística. 3. Santa Catarina - Condições econômicas - Estatística. 4. Santa Catarina - Censo demográfico, 1991. I. IBGE. Departamento de População. II. Censo demográfico de 1991: situação demográfica, social e econômica: primeiras considerações: Estado de Santa Catarina.

IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca
RJ/IBGE-94/28

CDU 311.213.1(816.4)
EST

**IBGE - Diretoria de Pesquisas
Departamento de População**

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA

**Luiz Antônio Pinto de Oliveira - Chefe do DEPOP
Márcia Martins Salgado Mendes - DEPOP/DIEAN
Alicia Marta Bercovich**

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

**Nilza de Oliveira Martins Pereira - DEPOP/DIEAN/APD
Célia Diogo Alves da Costa
Inês de Oliveira Augusto
Jorge da Silva
José Roberto de Almeida Velasco
Kelly Cristina Souza Fernandes
Maria Beatriz Afonso Lopes
Mônica Alves da Fonte
Rosângela Aparecida Martins Noé
Wanderci Lopes da Silva**

APOIO COMPUTACIONAL

**Paulo Roberto V. Rudolphi - DEPOP/DESEN
José Augusto Raupp
Mario Couto Carreiro
Renato José Sarmiento Gadelha**

APOIO CARTOGRÁFICO

**Paulo Cesar Martins - DGC/DETRE/GPRG
Jorge Luiz Pessanha - DGC/DETRE/GPRG**

**Este trabalho foi desenvolvido pela Gerência de Análise e Preparo
de Dados Demográficos**

APRESENTAÇÃO

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística oferece ao público usuário um conjunto de dados e indicadores que sintetizam as informações fornecidas pela população na pesquisa do universo do Censo Demográfico de 1991 - CD 1.01.

Neste documento procurou-se fazer uma retrospectiva dos indicadores demográficos e sócio-econômicos, tendo como base os quatro últimos censos realizados no estado. Além disso, enfocou-se a tendência observada na última década, visando revelar o cenário demográfico e suas alterações.

Tereza Cristina Nascimento Araújo
Diretora de Pesquisas do IBGE

SUMÁRIO

1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA	9
2 - PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA NO CONTEXTO DO PAÍS.....	10
3 - CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	10
4 - URBANIZAÇÃO	10
5 - OS MUNICÍPIOS	11
6 - ESTRUTURA POR SEXO E IDADE	13
6.1 - RAZÕES DE SEXO.....	13
6.2 - PIRÂMIDES ETÁRIAS	13
6.3 - GRANDES GRUPOS POPULACIONAIS	13
6.4 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA.....	14
6.5 - QUALIDADE DA DECLARAÇÃO DA IDADE.....	15
6.6 - IDADE MEDIANA.....	16
7 - ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	16
8 - ALFABETIZAÇÃO.....	17
8.1 - TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO / ANALFABETISMO.....	17
8.2 - CONTINGENTE DE ANALFABETOS	19
9 - ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOMICILIAR.....	20
10 - CHEFES DE DOMICÍLIOS	21
10.1 - ESTRUTURA POR SEXO E IDADE	21
10.2 - RENDIMENTO MÉDIO	23
ANEXO	25

1 - Evolução da população total no Estado de Santa Catarina

A população do Estado de Santa Catarina atingiu em 1º de setembro, segundo os resultados do Censo Demográfico de 1991, um total de 4 541 994 habitantes. A série dos Censos realizados, nos últimos 31 anos, revela que, nesse período, a população do estado duplicou seu contingente.

A taxa média geométrica de crescimento anual baixou de 3,20% no período 1960-1970 para 2,26% na década seguinte. O último Censo apontou a taxa de 2,06% a mais baixa observada nessas três últimas décadas. A queda na taxa de crescimento no estado atingiu, no período 1980-1991, -8,85%, valor inferior ao observado para o total do Brasil (-22,18%). O ritmo de crescimento populacional em Santa Catarina vem desacelerando, fato que também ocorre em outros estados, o que reflete a intensificação do declínio da fecundidade, ocorrido de forma generalizada no Brasil, principalmente a partir da década de 80. O ritmo de crescimento da população, na área urbana, no período 80-91, foi 3,69% e na área rural evidenciou-se perda de população com taxa de -0,90% (Tabela 1).

A taxa de crescimento do estado, nos últimos 11 anos, ficou acima da taxa da Região Sul que foi 1,38% e da taxa do País, 1,93%.

TABELA 1
POPULAÇÃO NAS DATAS DOS RECENTEAMENTOS GERAIS
E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL : 1960-1991

DATAS DOS RECENTEAMENTOS GERAIS	POPULAÇÃO RESIDENTE	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)	VARIAÇÃO DA TAXA DE CRESCIMENTO (%)
TOTAL			
01/09/1960	2 118 116	3,20	
01/09/1970	2 901 734	2,26	-29,38
01/09/1980	3 627 933	2,06	-8,85
01/09/1991	4 541 994		
URBANA			
01/09/1960	673 981	6,34	
01/09/1970	1 246 043	5,63	-11,20
01/09/1980	2 154 238	3,69	-34,46
01/09/1991	3 208 537		
RURAL			
01/09/1960	1 444 135	1,38	
01/09/1970	1 655 691	-1,16	-184,06
01/09/1980	1 473 695	-0,90	-22,41
01/09/1991	1 333 457		

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos

2 - Participação do Estado de Santa Catarina no contexto do País

Em 1980, o Estado de Santa Catarina ocupava a décima posição no ranking nacional, concentrando 3,05% da população total do País. Em 1991, perdeu uma posição, em relação aos demais estados e sua participação na população nacional passou para 3,09%. Dentro do ranking regional, o estado ocupou a terceira posição tanto em 1980 quanto em 1991. A participação populacional que correspondia a 19,06%, em 1980, aumentou para 20,52%, em 1991.

3 - Crescimento demográfico

As informações provenientes do Censo Demográfico de 1991 mostraram um crescimento absoluto de 914 061 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 25,20% em relação à população de 1980 (Tabela 2).

TABELA 2
CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO DA POPULAÇÃO RESIDENTE,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO
1970-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE			
	ABSOLUTO		RELATIVO (%)	
	1970-1980	1980-1991	1970-1980	1980-1991
TOTAL.....	726 199	914 061	25,03	25,20
HOMENS.....	367 497	445 515	25,12	24,34
MULHERES.....	358 702	468 546	24,93	26,06
URBANA.....	908 195	1 054 299	72,89	48,94
HOMENS.....	456 503	514 599	74,89	48,27
MULHERES.....	451 692	639 700	70,97	49,60
RURAL.....	- 181 996	- 140 238	- 10,99	- 9,52
HOMENS.....	- 89 006	- 69 084	- 10,43	- 9,04
MULHERES.....	- 92 990	- 71 154	- 11,59	- 10,03

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

4 - Urbanização

Confirmando uma tendência iniciada na década de 70, quando o efetivo urbano ultrapassou o rural, o Censo Demográfico de 1991 revelou a continuidade do processo de urbanização que vem ocorrendo no Estado de Santa Catarina.

O acréscimo de 1,05 milhões de habitantes urbanos, ou seja, 48,94% em relação a população urbana de 1980, resultou no aumento da taxa de urbanização, que passou de 59,38%, em 1980, para 70,64%, em 1991 (Tabela 3). Esse incremento foi basicamente em consequência de três fatores: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e da incorporação de áreas que, por ocasião do Censo de 1980, eram consideradas rurais.

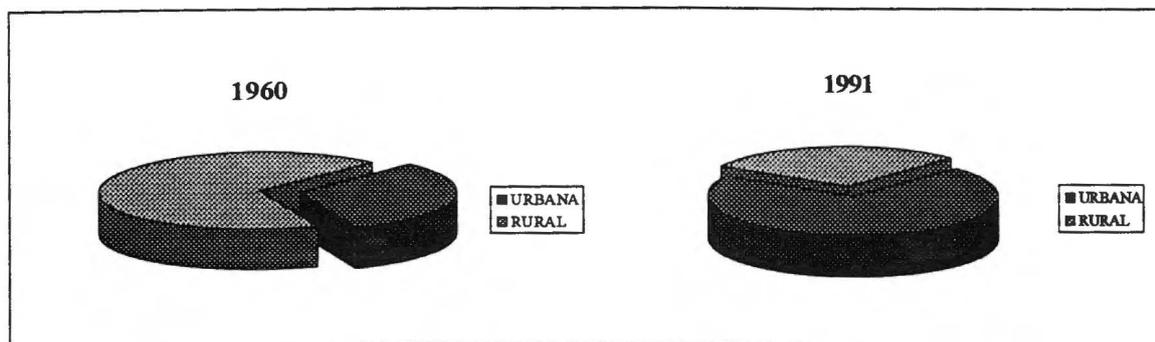
A taxa de urbanização do estado era 6,55% menor do que a taxa do País (75,59%) e 4,70% inferior à taxa da Região Sul (74,12%).

TABELA 3
TAXA DE URBANIZAÇÃO
1960-1991

ANOS CENSITÁRIOS	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
1960.....	31,82
1970.....	42,94
1980.....	59,38
1991.....	70,64

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

GRÁFICO 1
POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO



5 - Os municípios

A população do interior¹ de Santa Catarina apresentou um crescimento inferior ao da capital. O ritmo de crescimento do interior foi 2,02%, enquanto o da capital foi 2,83%. Florianópolis apresentou um crescimento absoluto de 67 519 habitantes, correspondendo a 35,94%. Já o interior apresentou um crescimento absoluto de 846 542 habitantes, representando um crescimento relativo de 24,61% (Tabela 4). A densidade demográfica cresceu 24,60% no interior do estado, passando de 36,26 hab/Km², em 1980, para 45,18 hab/Km², em 1991, enquanto na capital passou de 426,59 hab/km², em 1980, para 579,90 hab/km², em 1991. O município que apresentou a maior densidade demográfica foi Balneário Camboriú, com mais de 850 hab/km² (Mapa 1, em anexo).

¹ Considera-se “interior” o espaço territorial do estado, exceto o da Capital Estadual.

TABELA 4
POPULAÇÃO RESIDENTE, CRESCIMENTO RELATIVO, PARTICIPAÇÃO
RELATIVA E TAXA DE CRESCIMENTO
1980-1991

ESTADO, CAPITAL E INTERIOR	POPULAÇÃO RESIDENTE		CRESCIMENTO RELATIVO 1980-1991	PARTICIPAÇÃO RELATIVA		TAXA DE CRESCIMENTO ² 1980-1991
	1980	1991		1980	1991	
ESTADO	3 627 933	4 541 994	25,20	100,00	100,00	2,06
Capital	187 871	255 390	35,94	5,18	5,62	2,83
Interior.....	3 440 062	4 286 604	24,61	94,82	94,38	2,02

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

O grupo dos 10 municípios mais populosos de Santa Catarina, em 1991, reunia 1,6 milhões de pessoas que correspondiam a 36,68% da população estadual. O Município de Joinville, o mais populoso, concentrava 7,64% do efetivo populacional do estado, ou seja 347 151 pessoas, cabendo aos demais municípios, cuja população está compreendida entre 75 mil e 260 mil habitantes, o equivalente a 29,04% (Mapa 2, em anexo).

No conjunto dos municípios que apresentaram as maiores taxas de crescimento, nos últimos 11 anos, percebe-se que o maior percentual foi encontrado no Município de Sombrio com 6,08% e o menor foi no Município de Araquari, com 4,68% (Tabela 4.1).

TABELA 4.1
MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS E MUNICÍPIOS COM
MAIORES TAXAS DE CRESCIMENTO
1991

MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS	POPULAÇÃO RESIDENTE	MUNICÍPIOS COM MAIORES TAXAS	TAXA DE CRESCIMENTO ² 1980-1991
Joinville	347 151	Sombrio	6,08
Florianópolis	255 390	Itapema	5,74
Blumenau	212 025	Balneário Camboriú	5,72
Lages	151 235	Camboriú	5,69
Criciúma	146 320	Palhoça	5,49
São José	139 493	Fraiburgo	5,34
Chapecó	123 050	Navegantes	5,21
Itajaí	119 631	Itapoá	4,74
Tubarão	95 062	Schroeder	4,71
Jaraguá do Sul	76 968	Araquari	4,68

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

A menor taxa de crescimento do estado, no período 80-91, (-3,87%) foi encontrada no Município de Bom Jardim da Serra.

O Estado de Santa Catarina foi contemplado com 20 novos municípios, nestes últimos 11 anos, contabilizando um total de 217 municípios, em 1991.

² Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (%).

6 - Estrutura por sexo e idade

6.1 - Razões de sexo

No Estado de Santa Catarina, o Censo de 1991 indicou um excedente de 9 434 homens em relação as mulheres, o que resultou em uma razão de sexo de 100,42%. Em Santa Catarina, a razão de sexo da população urbana em 1991 foi 97,10%. Na área rural houve uma predominância de homens, 108,86%, fato comumente explicado pela natureza das atividades agrícolas e pela seletividade migratória (Tabela 5).

A razão de sexo calculada para a Região Sul foi 98,47% e a do País foi 97,52%, em 1991.

TABELA 5
RAZÕES DE SEXO, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
1960-1991

ANOS CENSITÁRIOS	RAZÕES DE SEXO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1960.....	102,91	96,30	106,15
1970.....	101,64	95,78	106,29
1980.....	101,81	97,98	107,68
1991.....	100,42	97,10	108,86

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

6.2 - Pirâmides etárias

A pronunciada entrada na base da pirâmide etária de 1991, reflete a queda da fecundidade ocorrida na década. Entretanto, a composição etária revelada para o Estado de Santa Catarina, apresentou características de uma população ainda jovem, porém com tendências ao envelhecimento, como pode ser observado pelo deslocamento populacional das coortes intermediárias (Gráficos, em anexo).

6.3 - Grandes grupos populacionais

Observando a estrutura etária dos quatro últimos Censos Demográficos constatou-se alterações, resultantes do declínio da fecundidade que vem ocorrendo no estado, tanto na área urbana quanto na área rural.

As alterações observadas na estrutura etária foram importantes e, ocorreram, em grande parte, na última década. Nos últimos 31 anos houve, na população total, uma redução de -29,71% nas proporções de menores de 14 anos; aumento de 23,82% no grupo em idade ativa e de 81,67% no grupo de pessoas de 65 anos e mais. A proporção de idosos, no Censo de 1991 foi superior a 4,00% da população total (Tabela 6).

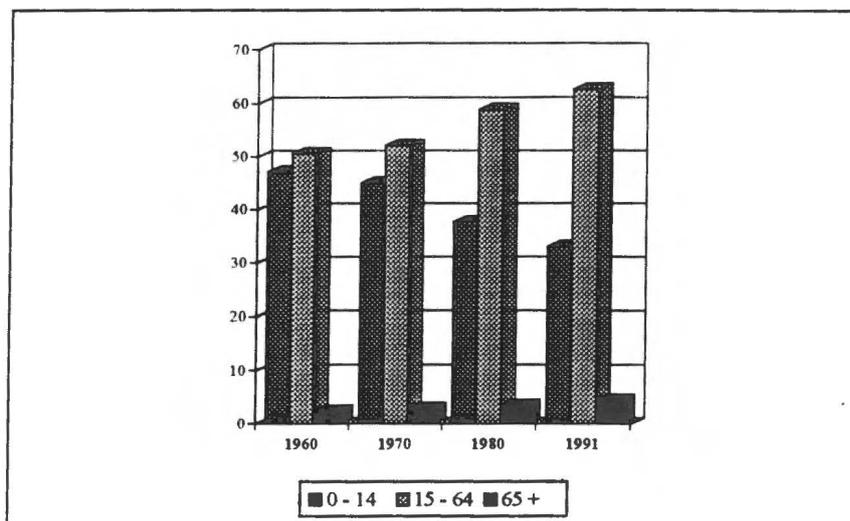
A pirâmide apresentada para o ano de 1980 caracterizava uma população jovem, com idade mediana de 18,9 anos e elevada razão de dependência (69,91%), fruto de um contingente de 37,67% de jovens (0 a 14 anos) e, uma proporção de pessoas nos grupos de idades mais avançadas, de 65 anos e mais, ainda pouco expressiva (3,48%). As características apresentadas pelo Censo de 1991 mostraram aumento de 3,8 anos para a idade mediana, redução na participação de jovens para 33,10%, e uma razão de dependência declinante (59,91%).

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS GRANDES GRUPOS POPULACIONAIS (%)
1960-1991

GRANDES GRUPOS POPULACIONAIS	DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA			
	1960	1970	1980	1991
TOTAL.....	100,00	100,00	100,00	100,00
0 A 14 ANOS.....	47,09	45,04	37,67	33,10
15 A 64 ANOS.....	50,51	52,12	58,86	62,54
65 ANOS E MAIS.....	2,40	2,84	3,48	4,36

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

GRÁFICO 2
GRANDES GRUPOS POPULACIONAIS
1960 - 1991



6.4 - Razão de dependência

Em 1991, para cada 100 pessoas em idade potencialmente produtiva (15 a 64 anos), existiam 59 dependentes jovens e idosos (0 a 14 e 65 anos e mais). Quanto a evolução das razões de dependência, nos últimos 31 anos, observou-se um declínio de -38,85% no total, -31,55% na área urbana e -38,96% na área rural.

O Censo de 1991 mostrou uma redução de -14,30% na razão de dependência do total da população, em relação a 1980. A diminuição da razão de dependência da área urbana foi -9,62%, enquanto que na área rural foi -18,61% (Tabela 7).

A razão de dependência encontrada, em 1991, para o estado foi maior que a da Região Sul (58,47%) e menor que a do País (65,43%).

TABELA 7
RAZÃO DE DEPENDÊNCIA, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
 1960-1991

ANOS CENSITÁRIOS	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1960.....	97,98	85,23	104,54
1970.....	91,88	81,62	100,39
1980.....	69,91	64,55	78,40
1991.....	59,91	58,34	63,81

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

A influência da parcela de jovens (0 a 14 anos) é grande no cálculo convencional da razão de dependência e a contribuição dos idosos (acima de 65 anos) foi ainda pequena. O declínio da natalidade foi a principal causa das alterações na razão de dependência.

6.5 - Qualidade da declaração da idade

Para avaliar a qualidade das informações sobre a idade, no Censo de 1991, calculou-se o Índice de Myers³ e a proporção da forma de declaração da idade, levando-se em consideração as duas formas de obtenção do quesito: através da Data de Nascimento e da Idade Presumida (aqueles que não sabiam informar a data de nascimento). A variável idade está sujeita a vários tipos de erros que dependem de como o quesito foi investigado e da informação prestada pelo declarante. Quanto a proporção da forma de declaração da idade, observou-se um crescimento, em 1991, do número de pessoas que declararam a idade de forma presumida (Tabela 8).

TABELA 8
PROPORÇÃO DA FORMA DE DECLARAÇÃO DA IDADE,
SEGUNDO O SEXO
 1980-1991

SEXO	FORMA DE DECLARAÇÃO DA IDADE			
	DATA DE NASCIMENTO		IDADE PRESUMIDA	
	1980	1991	1980	1991
TOTAL.....	97,43	95,23	2,57	4,77
HOMENS.....	97,37	95,01	2,63	4,99
MULHERES.....	97,49	95,46	2,51	4,54

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

³ O Índice de Myers mede o grau de atração em determinada idade e como era de se esperar é muito maior quando se trata da idade presumida. O dígito mais atrativo, em 1980, foi o 0 e o repulsivo foi o 1. Em 1991, o atrativo foi o dígito 0 e os repulsivos foram os dígitos 4 e 9. Comportamento semelhante foi observado tanto para os homens quanto para as mulheres.

6.6 - Idade mediana

Em 1991, a idade que dividiu o contingente populacional em duas partes iguais foi 22,7 anos para o total, 22,4 anos para os homens e 23,0 anos para as mulheres. No período 1980-1991, a idade mediana teve um aumento de 3,8 anos para o total, 3,6 anos para os homens e 4,0 anos para as mulheres (Tabela 9). Esse aumento reflete o envelhecimento médio da população, resultado em primeiro lugar, do declínio da fecundidade e secundariamente, do aumento da expectativa de vida.

A idade mediana da Região Sul correspondia a 23,6 anos e a do País a 21,7 anos, em 1991.

TABELA 9
IDADE MEDIANA DA POPULAÇÃO
RESIDENTE, POR SEXO
1980-1991

ANOS CENSITÁRIOS	IDADE MEDIANA		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1980.....	18,9	18,8	19,0
1991.....	22,7	22,4	23,0

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
Censos Demográficos.

7 - Envelhecimento da população

O registro histórico do crescimento da população de 60 anos e mais, nos últimos 31 anos, revela que a população de idosos aumentou 3,5 vezes seu contingente, expandindo-se de 86 755 para 306 806 pessoas, com um crescimento relativo de 253,65%. O crescimento da população de 65 anos e mais, no período de 1960 a 1991, foi 289,39%.

Em 1960, existiam 5 idosos para cada 100 crianças. Em 1991, para cada 13 pessoas com idades de 65 anos e mais, existiam 100 pessoas menores de 15 anos de idade, o que demonstra um expressivo aumento no valor desse indicador de envelhecimento, o qual elevou-se 158,24% no período 1960-1991 (Tabela 10).

TABELA 10
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL,
POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
1960-1991

ANOS CENSITÁRIOS	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1960.....	5,10	6,48	4,54
1970.....	6,31	7,43	5,56
1980.....	9,23	9,83	8,46
1991.....	13,17	13,04	13,46

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
Censos Demográficos.

8 - Alfabetização

8.1 - Taxas de alfabetização / analfabetismo

O estudo da alfabetização privilegia aqui o enfoque do analfabetismo, utilizando-se dois cortes: a população de 10 anos e mais e a de 15 anos e mais.

- Para as pessoas de 10 anos e mais

As taxas de analfabetismo no Estado de Santa Catarina vêm decrescendo nas últimas décadas, tendo alcançado patamares não muito elevados. No estado como um todo, verificou-se grandes reduções nos níveis de analfabetismo das pessoas de 10 anos e mais, passando de 12,39%, em 1980, para 9,02% no último Censo. Nas taxas de analfabetismo, por situação do domicílio, constatou-se que, embora as reduções tenham sido significativas, as diferenças entre o urbano e o rural foram bem distintas em função da magnitude das taxas.

Houve declínio do analfabetismo na ordem de -27,20% para o total do estado na última década e de -22,01% na área urbana, sendo que este último foi levemente inferior ao da área rural, -22,10%.

Uma visão mais detalhada do analfabetismo, segundo a situação do domicílio, nos permite apontar o meio rural com as taxas mais elevadas (13,22%), muito embora decrescente no período 1980-1991 (Tabela 11).

A Região Sul experimentou taxa de 10,80% e o País taxa de 19,72%, em 1991. A taxa do estado ficou abaixo da média regional e da média nacional.

TABELA 11
TAXAS DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TAXAS DE ANALFABETISMO	
	1980	1991
TOTAL.....	12,39	9,02
URBANA.....	9,36	7,30
RURAL.....	16,97	13,22

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
Censos Demográficos.

As taxas de analfabetismo, segundo grupos de idade, vêm decrescendo no período 1980-1991, tendo a faixa de crianças e adolescentes (10 a 19 anos) apresentado declínio mais significativo de -45,80%.

A diferença no valor das taxas entre os diversos grupos etários revela que as gerações mais velhas apresentam as maiores taxas de analfabetismo. As razões para esse comportamento estão normalmente associadas às maiores oportunidades de alfabetização/escolarização que as gerações mais novas dispõem em comparação com as oferecidas há algumas décadas atrás.

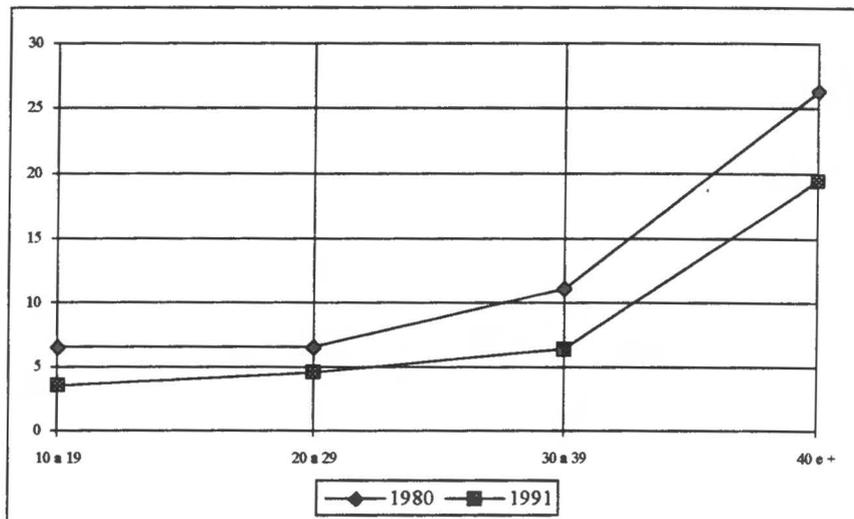
A proporção de mulheres analfabetas foi maior que a de homens, sendo que para ambos os sexos, houve decréscimo das taxas, no período 80-91. O decréscimo mais significativo ocorreu com as mulheres (-29,07%), cabendo aos homens a proporção de -24,98% (Tabela 12).

TABELA 12
TAXAS DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS,
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE (%)
1980-1991

GRUPOS DE IDADE	TAXAS DE ANALFABETISMO	
	1980	1991
TOTAL.....	12,39	9,02
10 A 19 ANOS.....	6,55	3,55
20 A 29 ANOS.....	6,56	4,58
30 A 39 ANOS.....	11,12	6,41
40 ANOS E MAIS.....	26,27	19,45
HOMENS.....	11,17	8,38
10 A 19 ANOS.....	7,16	4,22
20 A 29 ANOS.....	5,99	4,76
30 A 39 ANOS.....	9,85	6,00
40 ANOS E MAIS.....	22,26	17,03
MULHERES.....	13,62	9,66
10 A 19 ANOS.....	5,94	2,87
20 A 29 ANOS.....	7,15	4,41
30 A 39 ANOS.....	12,43	6,82
40 ANOS E MAIS.....	30,24	21,76

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

GRÁFICO 3
CURVA DE ANALFABETISMO



O município que apresentou a mais alta taxa de analfabetismo para as pessoas de 10 anos e mais foi Campo Belo do Sul com 25,28% e o de menor taxa foi Pomerode com 1,63%.

- Para as pessoas de 15 anos e mais

Para as pessoas de 15 anos e mais, a taxa de analfabetismo, em Santa Catarina, também sofreu decréscimo nos últimos 11 anos, tendo passado de 13,36%, em 1980, para 9,91%, em 1991. Esse padrão de comportamento foi observado tanto na área urbana quanto na rural, sendo que na área urbana o decréscimo foi na ordem de -20,61% e na área rural a diminuição foi -21,17% (Tabela 13).

Para a Região Sul a taxa era 11,85%, enquanto que para o País correspondia a 20,07% em 1991.

TABELA 13
TAXAS DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TAXAS DE ANALFABETISMO	
	1980	1991
TOTAL.....	13,36	9,91
URBANA.....	10,09	8,01
RURAL.....	18,52	14,60

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
Censos Demográficos.

O município que apresentou a mais alta taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos e mais foi Campo Belo do Sul com 27,14% e o de menor taxa foi Pomerode com 1,78%.

8.2 - Contingente de analfabetos

- Para as pessoas de 10 anos e mais

O contingente de analfabetos no Estado de Santa Catarina diminuiu, no período 1980-1991, o que resultou em uma taxa de -0,50%.

Essa taxa retratou uma diminuição do contingente de analfabetos para o total do estado, de 18 mil analfabetos a menos que em 1980.

Em relação à população urbana e rural, o maior crescimento absoluto do número de analfabetos na área urbana estava fundamentalmente ligado à migração rural-urbana, que contribuiu para o aumento do contingente de população não alfabetizada. Na área rural, houve declínio no contingente de analfabetos (Tabela 14).

TABELA 14
POPULAÇÃO ANALFABETA DE 10 ANOS E MAIS E TAXA DE CRESCIMENTO,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POPULAÇÃO ANALFABETA		TAXA DE CRESCIMENTO (%)
	1980	1991	1980-1991
TOTAL.....	336 369	318 324	- 0,50
URBANA.....	153 214	182 648	1,61
RURAL.....	183 155	135 676	- 2,69

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

- Para as pessoas de 15 anos e mais

A população analfabeta de 15 anos e mais diminuiu, no período 1980-1991, a uma taxa de -0,02%. A área urbana apresentou aumento desse conjunto de pessoas a uma taxa de 1,98%, que correspondeu a 24,13% no período. Já na área rural a situação foi inversa, tendo experimentado decréscimo dessa população a uma taxa de -2,14% (Tabela 15).

TABELA 15
POPULAÇÃO ANALFABETA DE 15 ANOS E MAIS E TAXA DE CRESCIMENTO,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	POPULAÇÃO ANALFABETA		TAXA DE CRESCIMENTO (%)
	1980	1991	1980-1991
TOTAL.....	301 752	301 035	- 0,02
URBANA.....	139 527	173 201	1,98
RURAL.....	162 225	127 834	- 2,14

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

9 - Estrutura e composição domiciliar

Uma das principais modificações ocorridas na estrutura domiciliar, foi o crescimento generalizado das unidades domésticas do tipo unipessoal, tendo essa característica o crescimento marcante de 63,84%.

O Censo Demográfico de 1991, registrou em Santa Catarina um pequeno crescimento no tipo de unidade doméstica nuclear (1,70%).

Em termos gerais, observou-se declínio no tipo estendido, correspondendo a -9,28%.

Em relação ao tipo de unidade doméstica composta, na organização domiciliar, que caracteriza-se por uma menor participação nos arranjos domiciliares, assinalou-se um declínio relativamente mais significativo (-40,92%) (Tabela 16).

TABELA 16
PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS, SEGUNDO TIPOS
DE UNIDADES DOMÉSTICAS⁴
1980-1991

TIPOS DE UNIDADES DOMÉSTICAS	PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS	
	1980	1991
UNIPESSOAL.....	3,07	5,03
NUCLEAR.....	74,71	75,98
ESTENDIDA.....	18,53	16,81
COMPOSTA.....	3,69	2,18

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

Na comparação entre os dois últimos recenseamentos, observou-se na composição domiciliar que o grupo representado pelos filhos(as) e enteados(as) morando no domicílio correspondia a 53,30% em 1980 e 46,26% em 1991, tendo declinado em -13,21%.

Em relação ao grupo de outros parentes do chefe do domicílio, houve um crescimento em torno de 19,83%, tendo passado de 4,84%, em 1980, para 5,80%, em 1991, revelando uma maior aglutinação de familiares morando no domicílio.

Quanto aos empregados(as) domésticos(as), o contingente decresceu em -34,43%, sendo a maior queda em termos nacionais, o que correspondia a 0,61% em 1980 e 0,40% em 1991.

10 - Chefes de domicílios

10.1 - Estrutura por sexo e idade

O Censo Demográfico do Estado de Santa Catarina de 1991, revelou que houve aumento na proporção de mulheres chefes de domicílios, tendo passado de 9,99%, em 1980, para 13,30%, em 1991, com crescimento relativo de 33,13%. Esse comportamento foi observado tanto na área urbana quanto na rural, sendo mais expressivo o crescimento relativo na área urbana, com 29,36% (Tabela 17). O crescimento da chefia feminina foi significativo em todos os estados brasileiros.

Na Região Sul as mulheres chefes correspondiam a 16,03% e no País como um todo representavam 18,12%.

⁴ A conceituação adotada quanto à classificação dos tipos de unidades domésticas, em relação aos chefes de domicílios é análoga à utilizada na convencional classificação da espécie de família, a qual se segue:

Unipessoal - Família constituída por uma só pessoa.

Nuclear - Família constituída por um casal com ou sem filhos ou uma pessoa com filhos.

Estendida - Família constituída por pessoas ligadas por laços de parentesco, consanguíneo ou por afinidade, que não sejam os definidos na família nuclear.

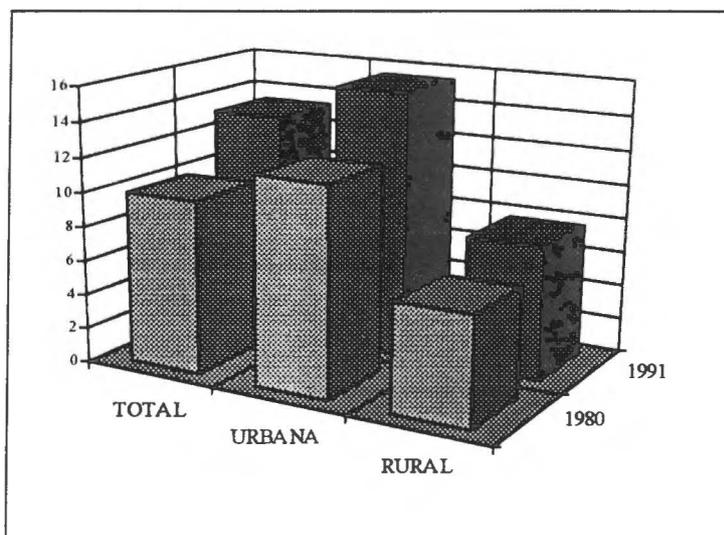
Composta - Família constituída por dois ou mais conjuntos de pessoas ligadas por laços de parentesco, consanguíneo ou por afinidade não aparentadas entre si ou pelo menos uma pessoa não ligada por laços de parentesco, consanguíneo ou por afinidade demais.

TABELA 17
PROPORÇÃO DE MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIOS,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	PROPORÇÃO DE MULHERES	
	1980	1991
TOTAL.....	9,99	13,30
URBANA.....	11,92	15,42
RURAL.....	6,15	7,65

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População. Censos Demográficos.

GRÁFICO 4
PROPORÇÃO DE MULHERES CHEFES DE DOMICÍLIOS



Em 1980, existia cerca de 9 vezes mais homens na chefia dos domicílios. Em 1991, esse indicador declinou para 6,5 vezes, confirmando o aumento de mulheres chefes no período e significando que os chefes homens declinaram em -27,78%.

A chefia dos domicílios concentrava-se, em 1980, na faixa etária de 25 a 29 anos, alterando-se para a faixa de 30 a 34 anos, em 1991.

As maiores proporções de chefia permanecem nos grupos de idades adultas, tanto na área urbana como na rural. Os chefes jovens (10 a 19 anos) e os idosos (60 anos e mais) formam grupos menores, no entanto, no último período intercensitário, apontaram crescimento, com proporções de 13,43% e de 7,88%, respectivamente. Em contrapartida, os chefes adultos, que formam o maior contingente, registraram um declínio de -1,42% (Tabela 18).

TABELA 18
PROPORÇÃO DE CHEFES DE DOMICÍLIOS,
SEGUNDO GRUPOS DE IDADE
1980-1991

GRUPOS DE IDADE	PROPORÇÃO DE CHEFES	
	1980	1991
TOTAL.....	100,00	100,00
10 A 19 ANOS.....	0,67	0,76
20 A 59 ANOS.....	85,11	83,90
60 ANOS E MAIS.....	14,22	15,34

Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

10.2 - Rendimento médio

O rendimento do chefe do domicílio corresponde a uma parcela significativa do rendimento domiciliar. Entretanto, nas últimas décadas vem perdendo sua importância relativa em função do ingresso de outras pessoas na composição do rendimento do domicílio.

O rendimento médio dos chefes de domicílios, no Estado de Santa Catarina, apresentou um declínio de -24,25%, cabendo ao País o declínio de -24,38% e a Região Sul -27,53%. As mulheres-chefes revelaram ganho (1,08%), enquanto os homens tiveram uma queda levemente inferior àquela observada para o total do estado (-24,10%). Ao desagregarmos a renda média, segundo a situação do domicílio, verifica-se os níveis da área urbana são superiores aos da área rural.

Analisando o rendimento médio relacionado ao salário mínimo vê-se que em 1980 a diferença entre a área urbana e a área rural era de 2,07 S.M. Essa relação, ao longo da década, diminuiu para 1,82 S.M (Tabela 19).

O rendimento médio do estado foi 3,35 SM, sendo 3,42 SM o rendimento médio do País e 3,38 SM o da Região Sul, em 1991.

TABELA 19
RENDIMENTO MÉDIO DO CHEFE DE DOMICÍLIO, SEGUNDO
A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E O SEXO
1980-1991

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO	RENDIMENTO MÉDIO (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	
	1980 ⁵	1991
TOTAL.....	4,43	3,35
HOMENS.....	4,69	3,56
MULHERES.....	2,01	2,03
URBANA.....	5,21	3,85
HOMENS.....	5,60	4,15
MULHERES.....	2,32	2,21
RURAL.....	3,14	2,03
HOMENS.....	3,28	2,11
MULHERES.....	1,04	1,06

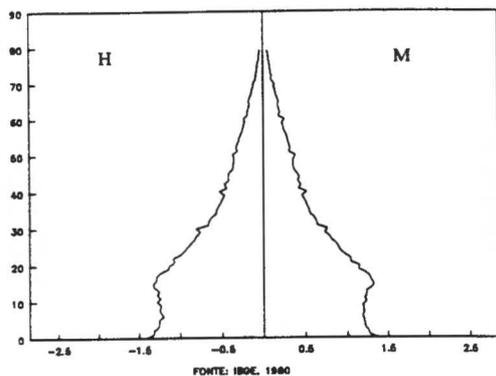
Fonte - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.
 Censos Demográficos.

⁵ Cálculo do rendimento médio em valores de 1991.

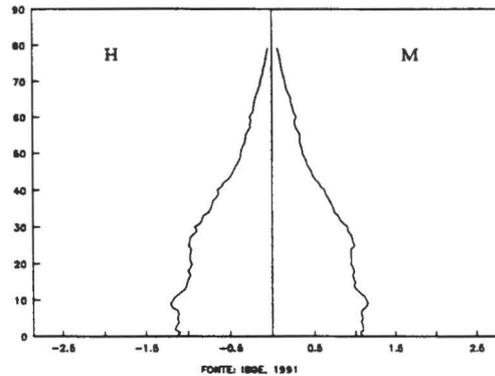
ANEXO

COMPOSIÇÃO ETÁRIA POR IDADES INDIVIDUAIS
SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO
SANTA CATARINA

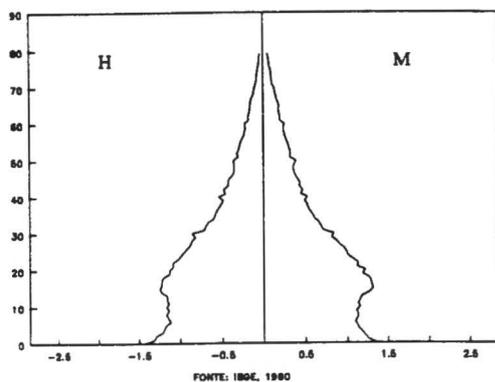
TOTAL - 1980



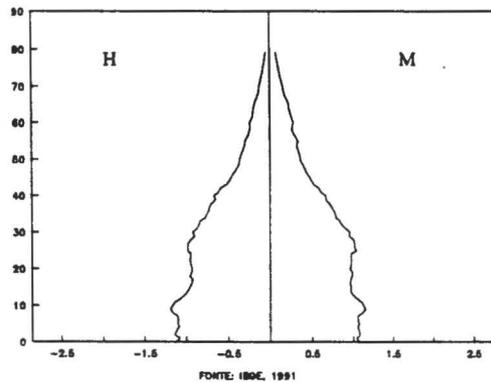
TOTAL - 1991



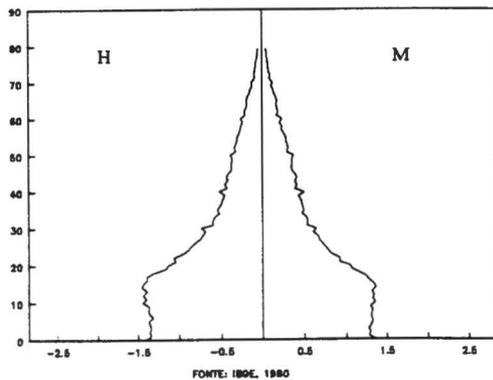
URBANA - 1980



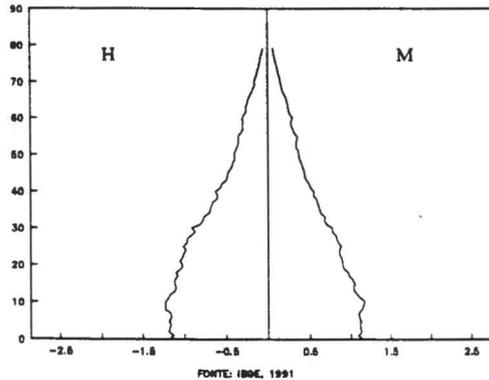
URBANA - 1991

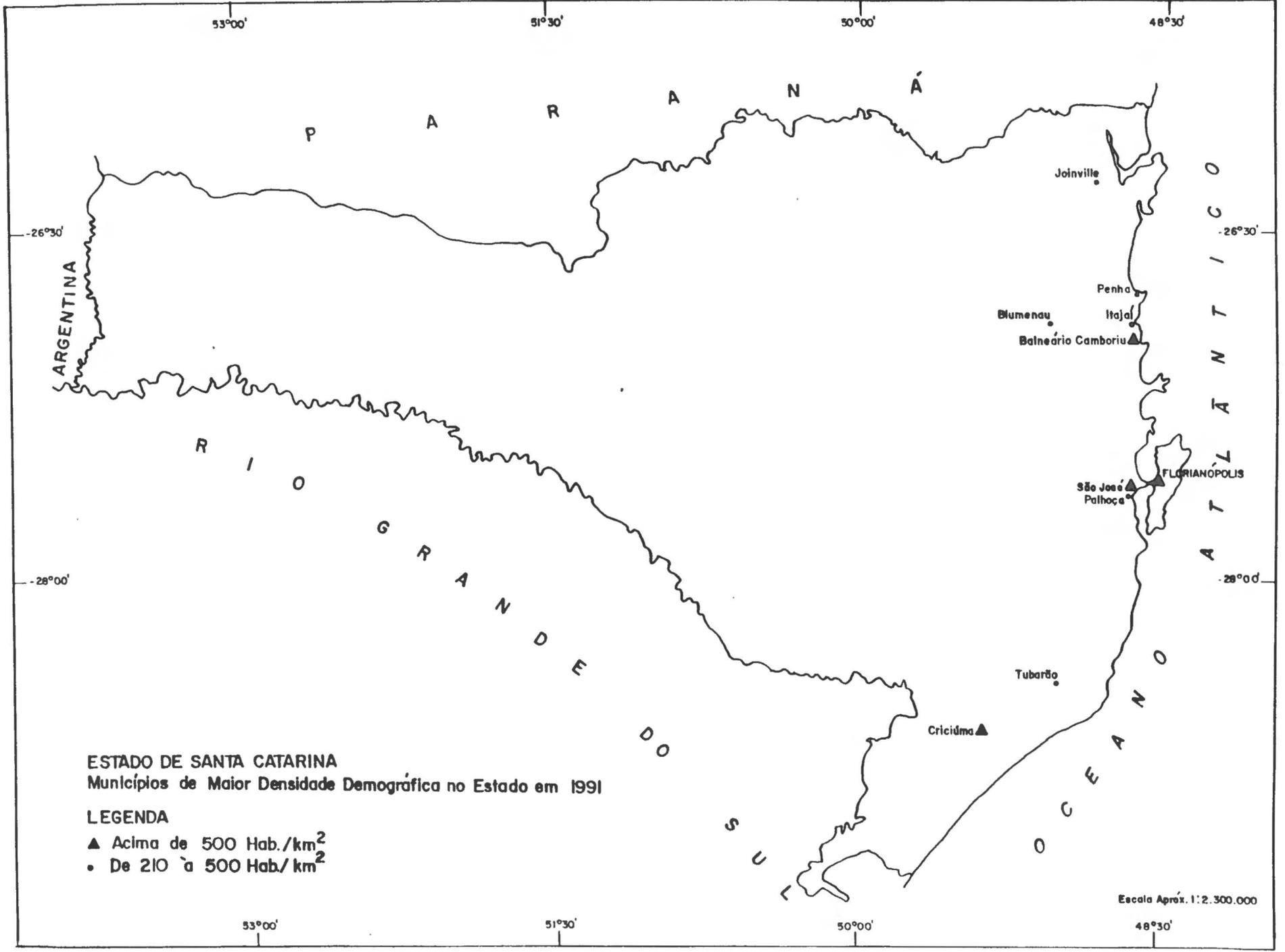


RURAL - 1980



RURAL - 1991





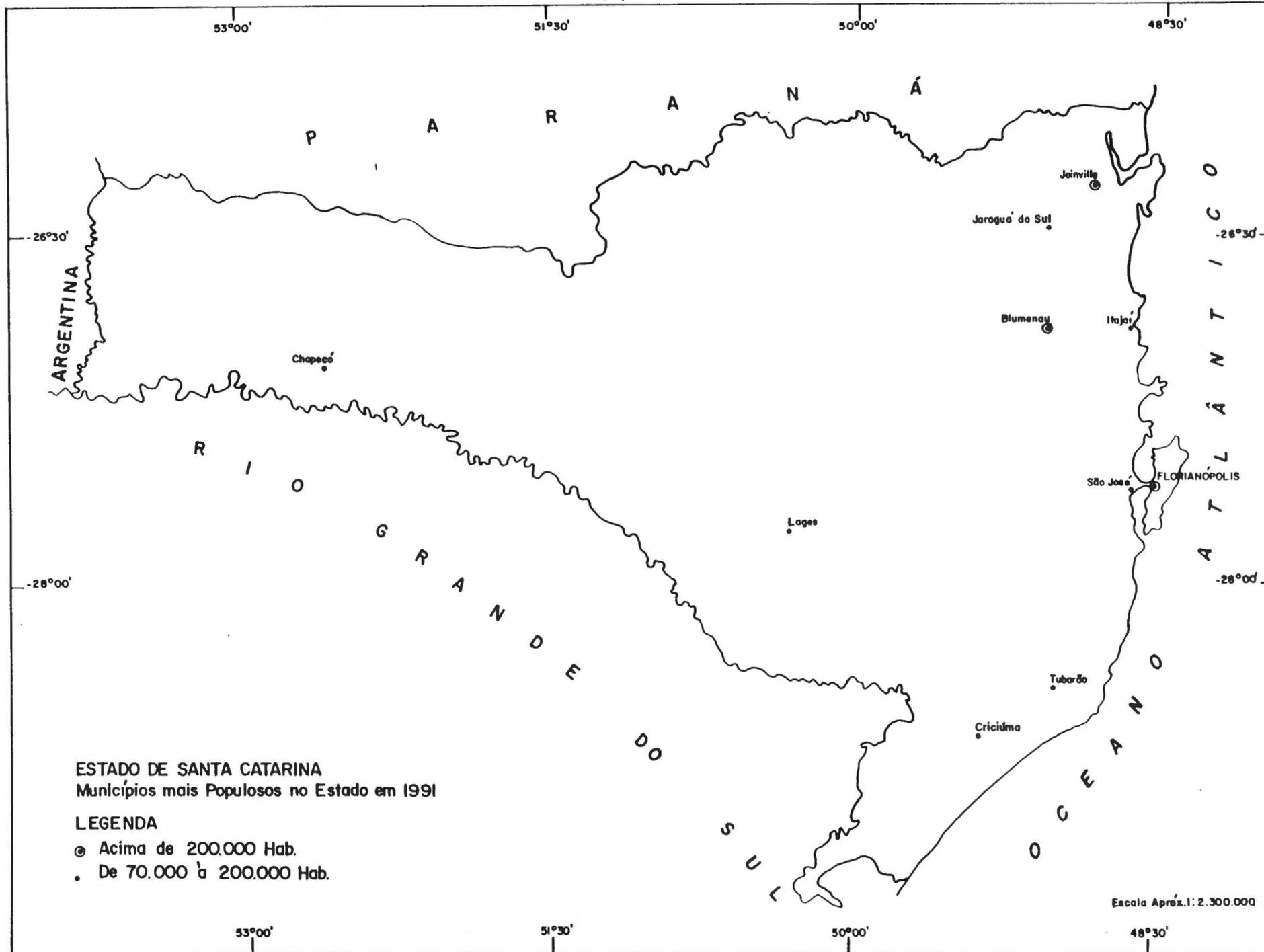
ESTADO DE SANTA CATARINA
 Municípios de Maior Densidade Demográfica no Estado em 1991

LEGENDA

- ▲ Acima de 500 Hab./km²
- De 210 a 500 Hab./km²

Escala Aprox. 1:2.300.000

Mapa 2



SE O ASSUNTO É BRASIL, PROCURE O IBGE

O IBGE põe à disposição da sociedade milhares de informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, que permitem conhecer a realidade física, humana, social e econômica do País.

VOCÊ PODE OBTER ESSAS PESQUISAS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS EM TODO O PAÍS

No Rio de Janeiro:

Centro de Documentação e Disseminação de
Informações - CDDI
Divisão de Atendimento Integrado - DAT
Biblioteca Isaac Kerstenetzky
Livraria Wilson Távora
Rua General Canabarro, 666
20271-201 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021)284-0402 - Fax: (021)234-6189

Livraria do IBGE

Avenida Franklin Roosevelt, 146 - loja
20021-120 - Castelo - Tel.: (021)220-9147

Nos Estados procure o

Setor de Documentação e Disseminação de
Informações - SDDI, da Divisão de Pesquisa

Norte

RO - Porto Velho - Rua Tenreiro Aranha, 2643 - Centro
78900-750 - Tel.: (069)221-3658
AC - Rio Branco - Rua Benjamin Constant, 506 - Centro
69900-160 - Tel.: (068)224-1540 - Ramal 6 - Fax: (068)224-1382
AM - Manaus - Avenida Ayrão, 667 - Centro - 69025-050
Tel.: (092)633-2433 - Fax: (092)232-1369
RR - Boa Vista - Avenida Getúlio Vargas, 76-E - Centro
69301-031 - Tel.: (095)224-4103 - Fax: (095)224-4425
PA - Belém - Avenida Gentil Bittencourt, 418 - Batista
Campos - 66035-340 - Tel.: (091)241-1440 - Ramal 33
Fax: (091)223-8553
AP - Macapá - Av. Cônego Domingos Maltez, 251 - Bairro
Trem - 68900-270 - Tels.: (096)222-3128/3574
Fax: (096)223-2696
TO - Palmas - ACSE 01 - Conjunto 03 - Lote 6/8 - Centro
77100-040 - Tels.: (063)215-1907/215-2871
Fax: (063)862-1829

Nordeste

MA - São Luís - Avenida Silva Maia, 131 - Praça Deodoro
65020-570 - Tel.: (098)232-3226
PI - Teresina - Rua Simplício Mendes, 436-N - 1º andar
Centro - 64000-110 - Tel.: (086)221-6308 - Fax: (086)221-5650
CE - Fortaleza - Avenida 13 de Maio, 2901 - Benfica - 60040-531
Tel.: (085)243-6941 - Fax: (085)281-4517
RN - Natal - Avenida Prudente de Moraes, 161 - Petrópolis
59020-400 - Tels.: (084)221-3025/211-5310
Fax: (084)211-2002
PB - João Pessoa - Rua Irineu Pinto, 94 - Centro
58010-100 - Tels.: (083)241-1640/241-1560 - Ramal 21
Fax: (083)221-4027

PE - Recife - Rua do Hospício, 387 - 4º andar - Boa Vista
50050-050 - Tel.: (081)231-0811 - Ramal 215
Fax: (081) 231-1033

AL - Maceió - Beco São José, 125 - Centro
57020-200 - Tel.: (082)221-2385
Fax: (082)326-1754

SE - Aracaju - Rua Riachuelo, 1017 - São José - 49015-160
Tel.: (079)222-8197 - Ramal 16
Fax: (079)222-4755

BA - Salvador - Av. Estados Unidos, 476 - 4º andar - Comércio
40013-900 - Tels.: (071)243-9277 - Ramais 2008 e 2025
Fax: (071)241-2316

Sudeste

MG - Belo Horizonte - Rua Oliveira, 523 - 1º andar - Cruzeiro
30310-150 - Tels.: (031)223-3381/0554 - Ramal 1112
Fax: (031)223-1078 e 221-9286

ES - Vitória - Rua Duque de Caxias, 267 - Sobreloja - Centro
29010-120 - Tel.: (027)223-2946 - Fax: (027)223-5473

SP - São Paulo - Rua Urussuf, 93 - 3º andar - Itaim Bibi
04542-050 - Tel.: (011)822-5252
Fax: (011)822-5264

Sul

PR - Curitiba - Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 625 - Centro
80430-180 - Tels.: (041)222-5764/322-5500 - Ramais 61 e 71
Fax: (041)225-5934

SC - Florianópolis - Rua Victor Meirelles, 170 - Centro
88010-440 - Tels.: (048)222-0733/222-0380 - Ramais 134 e 156
Fax: (0482)22-0338

RS - Porto Alegre - Avenida Augusto de Carvalho, 1205 - Térreo
Cidade Baixa - 90010-390 - Tel.: (051)228-6444
Fax: (051)228-6489

Centro-Oeste

MS - Campo Grande - Rua Barão do Rio Branco, 1431
Centro - 79002-174 - Tel.: (067)721-1163
Fax: (067)721-1520

MT - Cuiabá - Avenida XV de Novembro, 235 - 1º andar
78020-810 - Tel.: (065)322-2121 - Ramais 113 e 121
Fax: (065)321-3316

GO - Goiânia - Avenida Tocantins, 675 - Setor Central
74015-010 - Tel.: (062)223-3121
Fax: (062) 223-3106

DF - Brasília - SDS Bl.H - Ed. Venâncio II - 1º andar
70393-900 - Tel.: (061)223-1359 - Fax: (061) 321-2436

O IBGE possui, ainda, agências localizadas nos
principais municípios.

Censo Demográfico 1991
situação demográfica, social e econômica:
primeiras considerações

Com o lançamento desta publicação o **IBGE** divulga um conjunto de dados e indicadores demográficos e socioeconômicos que sintetizam as informações obtidas no Censo Demográfico de 1991.

Apresenta uma análise retrospectiva dos resultados dos quatro últimos censos, abordando os seguintes tópicos: *evolução da população, urbanização, estrutura por sexo e idade e envelhecimento da população*. Para a última década foram enfocados também a participação do estado no contexto do País, crescimento demográfico, alfabetização, estrutura e composição domiciliar e rendimento médio do chefe do domicílio.

A publicação inclui ainda tabelas, gráficos e mapas, que revelam as alterações ocorridas e a tendência observada nos períodos considerados.